

O PATRIMÔNIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Werno Herckert

Contador

Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Membro da ACIN – Associação Científica Internacional Neopatrimonialista

PALAVRAS CHAVES: Patrimônio, Ambiental, Mutação, Desenvolvimento Sustentável, Educação.

INTRODUÇÃO

Com a economia globalizada a empresa é forçada aprimorar continuamente o nível de qualidade de seus meios patrimoniais (capital) e ter cuidado com o meio ambiente natural, satisfazendo o consumidor cada vez mais exigente e consciente. O cliente moderno observa e prefere a célula social que adota cuidado com o entorno ecológico e social e adquire os produtos dessa organização. Ele prefere a empresa que respeita o meio ambiente e contribui para a qualidade de vida da comunidade. O aspecto ambiental natural é uma variável a ser considerada no planejamento estratégico competitivo.

Segundo Rebollo (2001), atenção e cuidados para os recursos disponíveis na natureza ou a produção de produtos e resíduos que eventualmente venha a afetar o meio ambiente são variáveis que crescem de importância no planejamento estratégico das empresas.

Ainda diz: "Há um crescente movimento de conscientização, inclusive nas empresas, visando a um desenvolvimento econômico sustentável".

Desenvolvimento sustentável é a prosperidade patrimonial da célula social sem agressão ao meio ambiente natural.

A sustentabilidade tornou-se uma preocupação não só dos estudiosos como também dos empresários a nível mundial. O grande desafio é compatibilizar o crescimento econômico com a preservação da natureza.

O Neopatrimonialismo contábil pode dar grande contribuição à célula social e à comunidade criando modelos contábeis competentes para que o empresário venha a tomar decisões eficazes em sua gestão patrimonial e ambiental.

Segundo Lopes de Sá (1999), conciliar a eficácia empresarial com aquela ambiental, passa a ser um desafio que só a ciência pode resolver, mas, necessário para que a utilidade do conhecimento cumpra a sua meta.

Faz-se necessário, portanto, na elaboração de modelos de eficácia empresarial, no caso em tela, a adaptação de tal fenômeno particular da célula social com aquele de uma eficácia ambiental, este tomado como parâmetro.

Tais interesses de eficácia, interativos, representam uma nova ótica que a doutrina contábil não havia antes considerado, mas, imprescindível como fundamento no desenvolvimento de uma Contabilidade aplicada ao Meio Ambiente.

E ainda, a ação do capital não pode chegar a ponto de prejudicar a vida dos seres, quer no presente, quer no futuro, embora, isto, não seja seguido por alguns especuladores financeiros, parece ser, todavia, uma determinante para o futuro, como cobrança das sociedades humanas.

Como bem lembra Attuy apud Wernke (1999), o verdadeiro "desenvolvimento sustentável pressupõe aumento da renda nacional em longo prazo, sem prejuízo do progresso e sem ferir a ecologia".

A sustentabilidade referida gera, pois, concomitantemente, fenômeno patrimonial e do meio ambiente natural. Logo, sempre que houver fenômeno patrimonial haverá mutação patrimonial e sempre que houver fenômeno ambiental natural haverá mutação da natureza.

MUTAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL

Há movimento constante na riqueza aziendal e, igualmente, transformação no entorno ecológico. Todos os elementos que constituem o patrimônio tendem ao movimento e influenciam o ambiente natural, gerando fenômenos ambientais. Assim como o movimento patrimonial modifica o ambiente natural esse também modifica o patrimônio gerando fenômenos patrimoniais. Isto é axiomático.

Sobre essa matéria diz Lopes de Sá (1999): parece-me axiomático que: "O entorno ecológico transforma-se com o transformar da riqueza das células sociais e a riqueza das células sociais se transforma com o transformar do entorno ecológico". Ou seja: "há uma inequívoca interação transformadora

entre o ambiente natural e o patrimônio das células sociais". Ou ainda, quer o patrimônio, quer o ambiente natural, sujeita-se às leis supremas da "transformação" e às de um regime de "interação".

Nessa interação constante deve-se buscar a eficácia do fenômeno patrimonial e do fenômeno do meio ambiente natural.

O contador é o profissional capaz de criar modelo contábil para essa eficácia. Faz-se necessário a eficácia entre o fenômeno contábil e o fenômeno ecológico para se conseguir o desenvolvimento econômico sustentável. Esse é um novo desafio à ciência contábil e à administração.

Como em trabalhos anteriores afirmei, o gestor da organização deve dar atenção à necessidade do patrimônio e à necessidade do ambiente natural. Há um limite da necessidade da célula social como há um limite da necessidade do meio ambiental natural.

Há célula social que depende da natureza, mas, há um limite de utilização da natureza, para se perpetuar na temporalidade, tal como ocorre com as espécies na biologia.

A indústria que utiliza a água, há um limite nessa utilização, deve aplicar recurso (fenômeno patrimonial) em açudes de decantação, onde a água poluída pela transformação patrimonial é despoluída (fenômeno ambiental) e devolvida pura à natureza.

A indústria de papel que utiliza celulose deve preocupar-se com o plantio de árvores; para cada árvore cortada deve plantar outra árvore.

Com a poluição da natureza pela atividade econômica da célula social gerou a necessidade da harmonização entre a mutação patrimonial e do meio ambiente natural. Para que isso ocorra é fundamental a conscientização ecológica do empresário e da comunidade a nível mundial.

O Neopatrimonialismo contábil prega exatamente o princípio de fortalecimento do agente ambiental, quer humano, quer material, quer natural, como fonte de motivação para a obtenção da eficácia.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental nasceu com o objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupada com o ensejar a oportunidade de um conhecimento que permitisse mudar o comportamento volvido à proteção da natureza.

O desenvolvimento sustentável deve estar aliado a educação ambiental. A família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender cuidar da natureza. No seio familiar e na escola é que se deve iniciar a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural. É fundamental esta educação ambiental pois responsabilizará o educado para o resto de sua vida.

Segundo Munhoz (2004), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; instados a refletir e criticar as ações de desrespeito à ecologia, a essa riqueza que é patrimônio do planeta, e, de todos os que nele se encontram.

E ainda diz: Os professores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois buscarão desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Apesar da importância fundamental do professor no processo de desenvolvimento da nação ainda não se dá o devido valor, por parte de nossas autoridades, ao professor e com isto a educação. O Estado ainda não se conscientizou que a educação é o veículo do bem estar social, mas, sim, de forma oposta, se tem priorizado o interesse político de manter a massa sem uma formação cultural adequada.

Qualquer ação de proteção ambiental deve passar pela educação ambiental.

Na carta de Belgrado, de 1975, apud Rebollo (2001), foi apresentado uma linha de ação onde diz: a) conscientizar os cidadãos de todo mundo sobre o problema ambiental; b) disponibilizar o acesso a conhecimentos

específicos sobre o meio ambiente; c) promover atitudes para a preservação ambiental; d) desenvolver habilidades específicas para ações ambientais; e) criar uma capacidade de avaliação das ações e programas implantados; f) promover a participação de todos na solução dos problemas ambientais.

Lopes de Sá (1999), afirma: "há uma consciência mundial em marcha, cuja formação se acelera e que condena a especulação gravosa da riqueza tão como o uso inadequado de utilidades, como fatores de destruição do planeta e lesão à vida dos entes eu povoam o mundo". Diversos movimentos de massa humana pressionaram os poderes políticos e catástrofes expressivas (Bhopal em 1984, Chernobyl em 1986, afundamentos de petroleiros, destruições de florestas etc.) e em parte terminaram por convencer aos dirigentes do Estado de que era grave a questão.

Caseirão (2000) diz (1997) "no pólo norte foram detectados partículas de césio, que é produto radioativo, acumulados nos tecidos das focas da área. Este fato demonstra que os problemas da poluição não têm incidência meramente local. A poluição é transportada para locais muito distantes daqueles em que a mesma é produzida;

"No Rio Grande do Sul, Brasil (1998) um barco esteve cerca de uma semana a descarregar ácido sulfúrico diretamente para as águas do porto, que se situa perto da reserva ecológica da Lagoa dos Patos". "Resultado: a pesca teve de ser proibida numa faixa de 18 km, cerca de 6,5 mil famílias de pescadores ficaram sem meio de subsistência e o prazo estimado para a recuperação do ecossistema destruído é de 10 anos".

Minamata, Japão (195?) informou: "As descargas contínuas de mercúrio na baía de Minamata, provocaram o nascimento de vários bebés com graves deformações físicas".

Prince William Sound, Alasca (1989), também recrimina: "Um derramamento causado pelo superpetroleiro Exxon Valdez destruiu todo o ecossistema da região, liquidou mais de 250.000 aves e matou um número não determinado de mamíferos marinhos e peixes. "Passados que estão 10 anos, a vida na região não está ainda reconstituída e a Exxon já pagou indenizações de valor superior a 2,5 mil milhões de dólares (cerca de 450 milhões de contos)";

Consta no relatório Greenpeace sobre a contaminação do leite por dioxina na Alemanha. "Em março de 1998, foram detectados níveis alarmantes da substância cancerígena dioxina no leite produzido no estado alemão de Baden – Wurttemberg (sudeste da Alemanha). "O leite foi retirado do mercado. Investigações científicas realizadas pelo Freiburg State Institute for Chemical Analysis of Food indicaram um aumento assustador dos índices de dioxina nas amostras de leite e manteiga coletadas desde setembro de 1997. A descoberta levou as autoridades alemãs a conduzirem um estudo abrangente para determinar a fonte da contaminação".

São alguns exemplos, dos muitos existentes, de referências a poluição ambiental e de produtos que comprometem a vida do ser humano e da terra.

O que precisa ser feito é acelerar a conscientização ecológica na empresa e na comunidade e construir uma cultura ambiental, que se imponha àquela do consumo.

Para melhorar a qualidade ambiental diz Frers (2000): "Dar a conhecer a um público cada vez mais amplo as causas principais do problema e conseguir nele a compreensão e conscientização sobre isso, conhecer, compreender, tomar consciência e atuar, essa deve ser a dinâmica e finalmente, formar uma Associação não governamental que congrega a todos os participantes ativos no processo, com o objetivo de organizar professores e estudantes do sistema educativo nacional desde os níveis elementares até os posgraduados, a todos as associações civis não governamentais e em fim a toda pessoa que responsável e organizadamente, baseada em sua própria experiência ou em dos demais, deseja atuar para oferecer um projeto alternativo e fundamentado que possa dar aos governos de mecanismos de ação cuja proposta seja da sociedade civil organizada".

Ainda é importante observar o referido sobre o assunto em evento que reuniu Ministros da Educação em Cúpula das Américas, Cúpula de Brasília (1998): "A educação ambiental para a sustentabilidade deve permitir que a educação se converta em uma experiência vital, alegre, lúdica, atrativa, criadora de sentidos e significados, que estimule a criatividade e permita redirecionar a energia e a rebeldia da juventude

para execução de projetos de atividades com a construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, mais eqüitativa, mais solidária democrática e mais participativa e na qual seja possível a vida com qualidade e dignidade".

Na atualidade se impõe a necessidade da educação para o desenvolvimento sustentável e do controle, por legislação do meio ambiente natural, da gestão ambiental.

GESTÃO AMBIENTAL

Todas as decisões na célula social devem ser tomadas visando a harmonia entre o patrimônio e o entorno ecológico. Cresce na empresa a importância da gestão ambiental, principalmente nas indústrias, que facilmente ultrapassam o limite de resíduos que poluem o ambiente.

Segundo Crespo, Ayuso y Ripoll apud Urrutia (2001), a maioria das organizações de utilização de recursos naturais nos processos e produtos, em muitas ocasiões, geram grandes quantidades e variados tipos de resíduos, contribuindo na contaminação do ar, água e do solo. No momento, "só em alguns casos são contados os custos em longo prazo destes recursos e a contaminação se tem incluído nos custos de exploração de uma instalação ou no preço de produto e serviço final" {....} "A empresa, deverá destinar parte das aplicações na melhora e proteção do meio ambiente, suportando uma série de custos, os quais, serão fácil de identificar e registrar contabilmente de forma separada do resto dos custos empresariais, sem entretanto, outras vezes estarem inter-relacionados com o resto e complicaram a análise custo-benefício meio ambiental."

Segundo Wernke (2000), defender o meio ambiente deixou, então, de ser apenas assunto de ecologistas e passou a ter grande influência nas estratégias empresariais. Por isso algumas empresas estão procurando mudar a filosofia de satisfação das necessidades do consumidor, visando a uma qualidade melhor de vida para a sociedade, tentando, para tanto, solucionar problemas ambientais. Concomitantemente objetivam explorar as oportunidades geradas pelo ecobusiness.

Ainda diz: Quando se pensa em qualidade de meio ambiente, deve-se levar em consideração pontos como a proteção dos consumidores e o desenvolvimento

sustentável. Com vista a assegurar a sustentabilidade, as empresas buscam implementar mecanismos de gestão ambiental.

O empresário começa a se dar conta que a gestão ambiental não veio para prejudicar a prosperidade patrimonial de sua empresa mas, sim, veio como um novo desafio para agregar valor ao seu produto na atualidade.

Segundo Becke (2003), investir no meio ambiente significa, para a própria empresa, cuidar dos agentes que propiciam a sua riqueza (possibilitando aumento de patrimônio) e ao mesmo tempo é uma demonstração da sua razão de existir e servir a sociedade (Responsabilidade Social).

No seguinte exemplo demonstra-se que é possível, na gestão ambiental, diminuir a poluição gerada pela atividade econômica da célula social.

A Astra em sua gestão ambiental apresentou o seguinte:

Consumo médio mensal de sacos de plásticos para o lixo:

1998 - 1133

2002 - 933

Redução de 18%

Quantidade média anual de resíduos industriais depositados em aterro sanitários:

1996 a 1998 – 43 t

2002 - 12 t

Redução de 72%

Quantidade média anual de caçambas na empresa:

1998 – 44

2002 - 8

Redução de 82%

Fonte: Gestão ambiental – ASTRA

Para demonstrar as aplicações no meio ambiente natural criou-se o Balanço Ambiental.

BALANÇO AMBIENTAL

O balanço ambiental é uma peça demonstrativa que expressa o ativo e passivo ambiental num determinado momento.

Ele evidencia, de forma sintética, os fenômenos ambientais (do meio ambiente natural) que ocorreram num determinado período na gestão ambiental natural da célula social.

Segundo Lopes de Sá (1999): "balanço ambiental, aquela demonstração das contas que evidencia as relações do patrimônio com o meio ambiente ou da natureza".

Segundo Raupp (2002), o Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

O balanço ambiental demonstra as aplicações na natureza.

Também, quanto ao Balanço de resultados, possuímos como Custos ambientais as aplicações dos meios de pagamentos (dinheiro) na conservação e recuperação do entorno ecológico.

Raupp (2002), considera que os custos ambientais serão reconhecidos, independentemente de desembolso (Princípio Contábil da Competência) e imediatamente incorporados ao bem e/ ou serviço que vise, única e exclusivamente, à preservação do meio ambiente, no momento de sua ocorrência, sendo que sua classificação contábil se dará no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, desde que tais custos e/ou serviços aumentem a vida útil do bem incorporador por prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Segundo Ribeiro (2002), custos ambientais são os consumos de recursos ocorridos na área de produção, mas voltados especificamente ao controle e preservação ambiental. Assim, todos os insumos inseridos no processo operacional que tenham por objetivo preciso a eliminação/redução de poluentes. Portanto, incluem-se, aqui, produtos químicos que combatam os resíduos decorrentes do processo operacional, a depreciação das máquinas e equipamentos existentes na empresa, cuja finalidade básica seja o controle e preservação do meio ambiente, como as estações de tratamento de efluentes, a

remuneração relativa às horas de mão-de-obra utilizadas para manusear o sistema ambiental, qualquer que seja a sua forma etc.

Também Rocha e Ribeiro apud (Wernke, 2000) assinalam que os custos ambientais são gastos realizados pela empresa para reduzir ou eliminar os efeitos negativos do seu sistema operacional sobre o meio ecológico. Os investimentos nesta área têm recebido ênfase expressiva, e diante disso necessitam, portanto, serem incluídos nas estratégias da gestão econômica das empresas.

No Balanço Geral, os Ativos ambientais são os investimentos em meios patrimoniais que serão utilizados para a preservação ou recuperação do meio ambiente natural.

Segundo Ribeiro (2002), ativos ambientais são todos os investimentos realizados pela empresa que possuam perspectiva de geração de benefícios futuros, no processo de controle, preservação e recuperação ambiental.

Também Kraemer (2001), os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquina, equipamentos, instalações, etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Ainda diz a ilustre professora: Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

No referido Balanço geral são Passivos ambientais as obrigações com terceiros a curto e em longo prazo em aplicações na natureza.

Kraemer (2001), considera passivo ambiental toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinada única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com distinção compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Ribeiro (2002) leciona que os passivos ambientais são as obrigações contraídas pela empresa perante terceiros, que têm como origem um gasto ambiental (ativos, custos, despesas etc). Assim, constituem-se obrigações ambientais aquelas decorrentes de compras de ativos ambientais, de elementos consumidos durante o processo de produção e aqueles provenientes de penalidades impostas às organizações por infração à legislação ambiental, por danos ao meio ambiente e à propriedade de terceiros. O reconhecimento do passivo ambiental pode ser espontâneo ou obrigatório.

CONCLUSÃO

Em última análise como me referi em trabalhos anteriores (2000): a Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e as mudanças rápidas do mundo moderno. Estar presente, através de seus estudos doutrinários e aplicações práticas, na luta pela preservação ambiental natural. Criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação desses modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também, satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural.

A riqueza aziendal deve estar a serviço do bem estar do homem tanto em seu aspecto social quanto no ambiental.

A célula social que contamina o meio ambiente natural e que não entendeu que deve deixar de corrompe-lo, desaparecerá do mercado, porque o consumidor moderno deixará de comprar seus meios patrimoniais (patrimônio) e adquirirá da empresa que tiver uma política ambiental correta e assim o desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

BECKE, Vera Luise. Auditorias ambientais: teoria e prática em evolução. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: n. 112, p. 31-49, maio de 2003.

CASEIRÃO, Manuel R. Auditoria Ambiental. Disponível em:
<www.iscac.pt>. Acesso em: febrero de 2000.

FRERS, Cristian. En búsqueta de una educación ambiental. Disponible em: <www.estrucplan.com.ar>. Acesso em: abril de 2004.

HERCKERT, Werno. Ativo e passivo ambiental. Disponível em: <www.contadorperito.com>. Acesso em: 2000.

HERCKERT, Werno. Patrimônio e o entorno meio ambiental natural. Três de Maio: Reas, 2003.

HERCKERT, Werno. Patrimônio: sua função social e ambiental. Disponível em: <www.serrano.neves.nom.br>. Acesso em: 2002.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental – passaporte para a competitividade. Disponible em: <www.monografias.com/trabajos/passa/passa.shtml>. Acesso em: dezembro de 2001.

MUNHOZ, Tânia. Desenvolvimeto sustentável e educação ambiental. Disponível em: <www.intelecto.net/cidadania/meio-5.html>. Acesso em 2004.

RAMOS, Aldo Guzmán; FERNÁNDES, Guillemina. La gestión ambiental empresarial sustentable. Realidad o utopia? Disponible em: <www.unilivre.org.br>. Acesso em: março 2004.

REBOLLO, Mario Guilherme. A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente. Revista de Contabilidade do Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: n. 104, p. 12-23, maio de 2001.

RAUPP, Elena Hahn. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo. São Paulo: n. 20, p. 46-60, junho de 2002.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo; LIMA, Sandro Alves de. Aspectos de contabilização do passivo e ativo ambientais nas termelétricas brasileiras. Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo. São Paulo: n. 20, p. 04-12, junho de 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. Aspectos doutrinários da contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. Disponível em: <www.lopesdesa.com.br>. Acesso em: 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. Disponível em: <www.lopesdesa.com.br>. Acesso em: 1999

SÁ, Antônio Lopes de. Progressos no campo da contabilidade aplicada aos fatos do ambiente natural. Disponível em: <www.lopesdesa.com.br>. Acesso em: setembro de 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. Contabilidade ambiental: uma responsabilidade social. Disponível em: <www.lopesdesa.com.br>. Acesso em: 1999.

URRUTIA, Manuel Bravo. La contabilidad y el problema medio ambiental. Disponible em: <www.estrucplan.com.ar>. Acesso em: agosto de 2001.

WERNKE, Rodney. Custos ambientais: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 29, n. 123, p. 44-51, maio/jun. de 2000.

Cúpula das Américas, Cúpula de Brasília. Disponível em: <www.maurolemes.hpg.ig.com.br/cupulaamericas.htm>. Acesso em: abril de 2004.

GREENPEACE. Chega de poluição! Relatório Greenpeace sobre a contaminação de leite e ração animal na Europa com dioxinas provenientes da empresa Solvay do Brasil. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso em abril de 2004.